

A. MORAIS – Corretores e Consultores de Seguros, Lda

RELATÓRIO E CONTAS
EXERCÍCIO DE 2020



Knowing you.

M

A. Morais – Corretores e Consultores de Seguros, Lda.

Relatório de Gestão
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

O volume de negócios cresceu cerca de 21% em comparação com o período anterior, passando de 132.521,55€ em 2019 para 160.766,40€ em 2020.

O capital social manteve-se inalterado no corrente exercício.

O capital próprio aumentou cerca de 0,6%, apresentando actualmente o valor de 114.750,74€.

A empresa detém uma quota própria no valor de 35.000,00€.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO

A evolução da sociedade ao nível económico e financeiro caracterizou-se no período de 2020, pelo seguinte:

Resultados	2020	2019
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	11.440,64 €	25.212,33 €
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	4.484,87 €	18.881,57 €
Resultado antes de impostos	4.421,71 €	18.881,57 €
Imposto sobre o rendimento do período	-3.732,74 €	-5.856,35 €
Resultado líquido do período	688,97 €	13.025,22 €

Como se pode observar, apesar do aumento do volume de negócios, os resultados globais da empresa apresentam uma quebra generalizada. Assim, os resultados antes de depreciações apresentam uma redução de cerca de 55%, o resultado operacional e o resultado antes de imposto apresentam uma diminuição de cerca de 76%. De referir a diminuição do resultado líquido do período em cerca de 95% passando de 13.025,22€ em 2019 para 688,97€ em 2020.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

Para os próximos exercícios económicos é de prever que a empresa consiga apresentar uma melhoria generalizada dos seus resultados voltando a valores apresentados em 2018 e 2017 apostando numa gestão de custos mais eficaz e mantendo o volume de negócios semelhante ao verificado no corrente exercício.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Informa-se que:

- Não existem quaisquer dívidas em mora à Segurança Social e demais entidades do Sector Público Estatal;
- Durante o exercício não foram adquiridas quotas próprias;
- Durante o exercício não se verificaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus gerentes.
- Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.
- Reconhecemos que o surto de Coronavírus COVID-19 declarado de pandemia global afetou a economia dos países, bem como, a normal atividade de algumas empresas e com impacto financeiro significativo. Contudo, tendo em conta as diligências e medidas tomadas pela Empresa, estamos em crer que não se venham a verificar quaisquer impactos relevantes na avaliação da continuidade da nossa atividade.

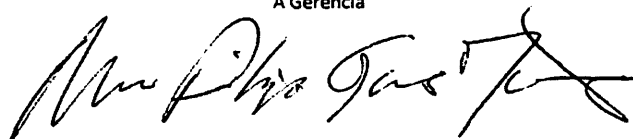
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A gerência vem submeter à Assembleia Geral a aprovação de que o resultado líquido do período de 2020, no valor de 688,97€, transite para a rubrica de reservas legais pelo valor de 34,45€ e para a rubrica de resultados transitados pelo valor remanescente de 654,52€.

Alverca, 31 de Março de 2021

A. Morais
Corretores e Consultores de Seguros, Lda.

A Gerência



A. Morais - Corretores e Consultores de Seguros, Lda.

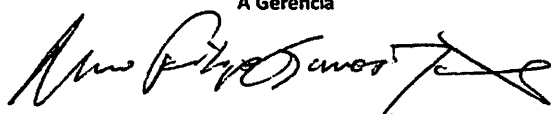
Balanço

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/20	31/dez/19
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	1 875,00	6 330,74
Outros investimentos financeiros	7	649,60	452,56
		<u>2 524,60</u>	<u>6 783,30</u>
Activo corrente			
Outros créditos a receber	8	25 960,84	16 138,60
Caixa e depósitos bancários	9	138 343,91	123 154,38
		<u>164 304,75</u>	<u>139 292,98</u>
Total do activo		<u>166 829,35</u>	<u>146 076,28</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	10	50 000,00	50 000,00
Acções (quotas) próprias	10	-35 000,00	-35 000,00
Reservas legais	10	7 987,45	7 336,19
Outras reservas	10	57 517,02	57 517,02
Resultados transitados	10	33 557,30	21 183,34
		<u>114 061,77</u>	<u>101 036,55</u>
Resultado líquido do período		688,97	13 025,22
Total do capital próprio		<u>114 750,74</u>	<u>114 061,77</u>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	1 550,87	148,76
Estado e outros entes públicos	12	19 727,91	8 231,38
Outras dívidas a pagar	13	30 799,83	23 634,37
		<u>52 078,61</u>	<u>32 014,51</u>
Total do Passivo		<u>52 078,61</u>	<u>32 014,51</u>
Total do capital próprio e passivo		<u>166 829,35</u>	<u>146 076,28</u>

A Gerência



O Contabilista Certificado

Nº 68021



A. Morais - Corretores e Consultores de Seguros, Lda.

Demonstração dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/20	31/dez/19
Vendas e serviços prestados	14	160 766,40	132 521,55
Fornecimentos e serviços externos	15	-49 917,27	-54 923,10
Gastos com o pessoal	16	-94 564,02	-53 196,22
Outros rendimentos	17	4,03	2 635,89
Outros gastos	18	-4 848,50	-1 825,79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11 440,64	25 212,33
Gastos / reversões de depreciação e amortização	6	-6 955,77	-6 330,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 484,87	18 881,57
Juros e gastos similares suportados	19	-63,16	0,00
Resultado antes de impostos		4 421,71	18 881,57
Imposto sobre o rendimento do período	20	-3 732,74	-5 856,35
Resultado líquido do período		688,97	13 025,22

A Gerência



O Contabilista Certificado
Nº 68021



A. Morais - Corretores e Consultores de Seguros, Lda.
Demonstração das alterações no Capital Próprio
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

DESCRICO	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Valores em Euros		
	Capital subscrito	Ações (outras) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultados líquidos do período	Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio
1	50 000,00	-35 000,00	0,00	6 931,93	57 517,02	13 802,06				8 085,56	101 036,55		101 036,55
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0,00
Alterações de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													0,00
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													0,00
2	0,00	0,00	0,00	404,38	0,00	7 681,78				-8 085,56	0,00		0,00
3													0,00
4+2+3													0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													0,00
RESULTADO INTEGRAL													0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													0,00
Realizações de capital													0,00
Realizações de prémios de emissão													0,00
Distribuições													0,00
Entradas para cobertura de perdas													0,00
Outras operações													0,00
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6-1+2+3+5	50 000,00	-35 000,00	0,00	7 336,31	57 517,02	21 183,34				11 025,22	114 061,77	0,00	114 061,77
6	50 000,00	-35 000,00	0,00	7 336,31	57 517,02	21 183,34				11 025,22	114 061,77	0,00	114 061,77
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0,00
Alterações de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													0,00
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													0,00
7	0,00	0,00	0,00	651,26	0,00	12 371,96				-13 025,22	0,00		0,00
8													0,00
9+7+8													0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													0,00
RESULTADO INTEGRAL													0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													0,00
Realizações de capital													0,00
Realizações de prémios de emissão													0,00
Distribuições													0,00
Entradas para cobertura de perdas													0,00
Outras operações													0,00
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6+7+8+10	50 000,00	-35 000,00	0,00	0,00	7 987,65	57 517,02	33 157,30	0,00	0,00	665,97	114 796,34	0,00	114 796,34

A Gerência


O Contabilista Certificado
 Nº 68021


A. Morais - Corretores e Consultores de Seguros, Lda.

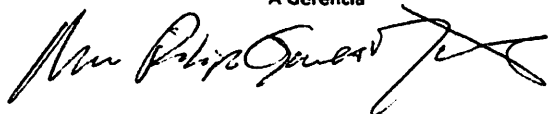
Demonstração de fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/20	31/dez/19
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		159 241,39	134 394,19
Pagamentos a fornecedores		-25 725,80	-26 799,05
Pagamentos ao pessoal		-87 484,07	-53 481,32
	Caixa gerado pelas operações	46 031,52	54 113,82
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-6 906,35	-3 639,34
Outros recebimentos / pagamentos		-21 435,64	-28 613,97
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	17 689,53	21 860,51
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-2 500,00	
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-2 500,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		15 189,53	21 860,51
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		123 154,38	101 293,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período		138 343,91	123 154,38

A Gerência



O Contabilista Certificado
Nº68021



Φ Mr

A. Morais – Corretores e Consultores de Seguros, Lda.

Anexo às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

Nota 1. Identificação da entidade

A “A. Morais – Corretores e Consultores de Seguros, Lda” (A. Morais, Lda.), com o número de identificação fiscal 501394664, matriculada sob o nº 1251 na Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca de Xira, foi constituída em 11 de Abril de 1983 sob a forma de sociedade por quotas, com capital social no valor de 50.000,00€ totalmente realizado.

A sede da A. Morais, Lda. situa-se na Rua de Diu, nº 5 2615-072 Alverca do Ribatejo, concelho de Vila Franca de Xira onde exerce a sua actividade principal de mediação de seguros

A A. Morais, Lda. é detida por sócios individuais, não sendo participada por qualquer empresa mãe.

Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com todas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Assim, tais demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, são aplicadas, supletivamente, e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas Interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Na preparação das demonstrações financeiras anexas, não foram derogadas quaisquer disposições constantes do SNC.

2.3. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2020 são comparáveis com as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019. Assim, os conteúdos das contas do balanço e da demonstração dos resultados de 31 de Dezembro de 2020 são, em todos os aspectos materialmente relevantes, comparáveis com os conteúdos das contas de balanço e da demonstração dos resultados do exercício anterior.

Nota 3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos. Organizados e elaborados segundo as disposições do normativo contabilístico vigente em Portugal.

O Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho (na sequência da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho), aprovou a criação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), normativo atualmente em vigor que engloba os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, encontram-se registados de acordo com o modelo do custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. O processo do registo contabilístico das depreciações inicia-se no exercício em que os bens entram em funcionamento, sendo as respectivas quotas anuais calculadas e registadas como se os bens tivessem entrado em funcionamento no início de tal exercício.

9 M-

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10

Os dispêndios com reparações que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos bens dos activos fixos tangíveis são registados como gastos dos períodos em que são incorridos. Os dispêndios com manutenção e conservação destes activos são registados como gastos dos períodos em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2 Outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital encontram-se registados ao custo de aquisição.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Clientes e outros créditos a receber

Os clientes e outros créditos a receber, encontram-se mensurados de acordo com o método do custo.

3.3.2 Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou outras contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.3.3 Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da A. Morais, Lda. de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos, só são reconhecidos quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2020, não foram identificadas situações justificativas da constituição de impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.3.4 Juízos de valor e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a gerência da A. Morais, Lda. adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pela gerência da A. Morais, Lda. foram efectuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dizem respeito à definição das vidas úteis dos activos fixos tangíveis e análises de imparidade, nomeadamente das contas de clientes e outros créditos a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Handwritten initials: JM.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.3.5 Imparidade de activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação da imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a activos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obterá com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.3.6 Activos e Passivos Contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. A Empresa não reconhece activos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

3.3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Nota 4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso imediato.

\$ M-

Nota 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

- (a) Tal como mencionado na nota 2.3., as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019.
- (b) Não foram efectuadas alterações significativas nas estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2020 quando comparadas com as estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019.
- (c) Não foram identificados erros materiais que afectem as demonstrações financeiras de períodos anteriores.

Nota 6. Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Total
Quantia escriturada bruta inicial	24 610,00	72 611,65	97 221,65
Depreciações acumuladas iniciais	-18 457,50	-72 433,41	-90 890,91
Quantia escriturada líquida inicial	6 152,50	178,24	6 330,74
Adições			
Aquisições de activos	2 500,00		2 500,00
Revalorizações Depreciações acumuladas de activos abatidos			0,00
Outras		0,03	0,03
Total das adições	2 500,00	0,03	2 500,03
Diminuições			
Depreciações	-6 777,50	-178,27	-6 955,77
Perdas por imparidade			0,00
Alienações			0,00
Abates			0,00
Outras			0,00
Total das diminuições	-6 777,50	-178,27	-6 955,77
Quantia escriturada líquida final	1 875,00	0,00	1 875,00

Nota 7. Outros Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Outros Investimentos financeiros apresentava as seguintes quantias:

	2020	2019
Fundo Compensação do Trabalho	649,60	452,56
Total	649,60	452,56

Nota 8. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica outros créditos a receber apresentava os seguintes valores:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Companhias de seguros - Recibos a cobrar (1)	0,00	0,00
Recibos para cobrança - Segurados (1)	22 254,45	15 370,92
Comissões variáveis (2)	3 525,59	0,00
Fornecedores	180,80	17,68
Outros	0,00	750,00
Total	✓ 25 960,84	✓ 16 138,60

(1) - Conforme listagem de recibos á cobrança mensal

(2) - Conforme facturas

Nota 9. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica caixa e depósitos bancários apresentava os seguintes saldos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	4 448,63	2 950,69
Depósitos bancários	133 895,28	120 203,69
Total	✓ 138 343,91	✓ 123 154,38

Nota 10. Capital e reservas legais

O capital está representado por quatro quotas, três no valor de 5.000,00€ cada e uma de 35.000,00€. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação das entidades, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A empresa detém uma quota própria no valor de 35.000,00€.

O resultado líquido de 2019 foi transferido para reservas legais, no montante de 651,26€, e para resultados transitados, no montante de 12.373,96€.

Nota 11. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica fornecedores apresentava as seguintes maturidades:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
< 90 dias	1 550,87	148,76
90 - 180 dias		
> 180 dias		
Total	✓ 1 550,87	✓ 148,76

\$ M

Nota 12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias:

	2020		2019	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o valor acrescentado				
Imposto sobre o rendimento pessoas colectivas		1 002,74		4 176,35
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares		9 880,82		2 222,50
Contribuições para a segurança social		8 826,60		1 816,03
Fundos de compensação do trabalho		17,75		16,50
Total	0,00	19 727,91	0,00	8 231,38

Nota 13. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica outras dívidas a pagar apresentava os seguintes valores:

	2020	2019
Remunerações a liquidar	8 545,38	8 263,45
Devedores e credores diversos		
Devedores de Imobilizado	0,00	0,00
Companhias de seguros - recibos a cobrar (1)	22 254,45	15 370,92
Recibos para cobrança - Segurados (1)	0,00	0,00
	22 254,45	15 370,92
Total	30 799,83	23 634,37

(1) - Conforme listagem de recibos á cobrança mensal

Nota 14. Vendas e serviços prestados

Nos exercícios de 2020 e 2019, a rubrica de vendas e de prestações de serviços apresenta o seguinte detalhe:

	2020	2018
Serviços prestados	160 766,40	132 521,55
Total	160 766,40	132 521,55

(Ver nota 26)

\$ M.

Nota 15. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2020 e 2019, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

	2020		2019	
Subcontratos		0,00		0,00
Serviços especializados:				
Trabalhos especializados	4 704,75		5 043,00	
Publicidade e propaganda	33,83		10,33	
Vigilância e segurança	123,96		113,63	
Honorários	4 215,43		7 614,00	
Comissões	0,00		0,00	
Conservação e reparação	5 563,20		2 731,76	
Serviços bancários	372,45	15 013,62	365,14	15 877,86
 Materiais:				
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	353,40		34,70	
Livros e documentação técnica				
Material de escritório	3 374,93		2 991,43	
Artigos p/ oferta			47,81	
Outros		3 728,33		3 073,94
Energia e fluidos				
Electricidade	1 058,92		1 101,96	
Combustíveis	1 782,54		2 351,21	
Água	165,43		193,33	
Outros		3 006,89		3 646,50
Deslocações, estadas e transportes:				
Deslocações e estadas	11 708,69		14 590,35	
Transportes de pessoal				
Transportes de mercadorias				
Outros		11 708,69		14 590,35
Serviços diversos:				
Rendas e alugueres	6 000,00		6 370,00	
Comunicação	3 199,76		3 634,11	
Seguros	1 782,36		797,14	
Contencioso e notariado	266,40		185,01	
Despesas representação	4 767,23		6 603,08	
Limpeza higiene e conforto	443,99		145,11	
Outros serviços		16 459,74		17 734,45
Total		49 917,27		54 923,10

\$ M.

Nota 16. Gastos com o pessoal

Nos exercícios de 2020 e 2019, a rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remunerações dos órgãos sociais	43 584,00	23 326,00
Remunerações do pessoal	32 177,75	19 039,20
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	17 941,14	9 878,57
Fundo da garantia de compensação no trabalho	15,86	9,72
Seguros	511,47	686,38
Outros gastos com pessoal	333,70	256,35
Total	<u>94 564,02</u>	<u>53 196,22</u>

Os outros gastos com o pessoal englobam, nomeadamente, formação, gastos relacionados com a medicina, higiene e segurança no trabalho.

O número médio de empregados da A. Morais, Lda. ao longo do ano e o número no fim do período foram de:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Número médio de empregados	3	2
Número de empregados no fim do período	3	3

Nota 17. Outros rendimentos

Nos exercícios de 2020 e 2019, a rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outros rendimentos	4,03	2 635,89
Total	<u>4,03</u>	<u>2 635,89</u>

Nota 18. Outros gastos

Nos exercícios de 2020 e 2019, a rubrica de outros gastos apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos	3 491,21	1 609,63
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	1 357,29	216,16
Total	<u>4 848,50</u>	<u>1 825,79</u>

Nota 19. Juros e gastos similares suportados

Nos exercícios de 2020 e 2019, os juros e gastos similares suportados foram os seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Juros suportados	63,16	0,00
Total	<u>63,16</u>	<u>0,00</u>

4 M.

Nota 20. Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 podem ser detalhados como segue:

	2020	2019
Imposto corrente	3 732,74	5 856,35
Imposto diferido		
	<u>3 732,74</u>	<u>5 856,35</u>

A estimativa do imposto corrente do período foi efectuada da seguinte forma:

	2020	2019
Resultado antes de impostos	4 421,71	18 881,57
Gastos não aceites fiscalmente	958,88	216,16
Deduções aceites fiscalmente	-0,03	0,00
Prejuízos fiscais dedutíveis	0,00	0,00
Matéria colectável (1)	<u>5 380,56</u>	<u>19 097,73</u>
Taxa de imposto (2)	<u>17% / 21%</u>	<u>17% / 21%</u>
Imposto sobre o rendimento	914,70	3 410,52
Tributações autónomas	<u>2 818,04</u>	<u>2 445,83</u>
Imposto corrente	<u>3 732,74</u>	<u>5 856,35</u>

(1) Matéria colectável tributada se valor > 0

(2) A taxa normal de imposto é de 21%, beneficiando a empresa da taxa reduzida de 17% para 25.000,00€ de matéria colectável, por estar certificada pelo IAPMEI como PME.

Nota 21. Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2020, não se considerou nenhuma provisão devida a eventuais passivos contingentes, pelo facto do órgão de gestão não ter identificado quaisquer situações justificativas para o fazer.

Nota 22. Acontecimentos após a data do Balanço

A gerência não tem conhecimento de quaisquer acontecimentos em 2021 que possam ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras da A. Morais, Lda. do período findo em 31 de Dezembro de 2020.

Reconhecemos que o surto de Coronavírus COVID-19 declarado de pandemia global afetou a economia dos países, bem como, a normal atividade de algumas empresas e com impacto financeiro significativo. Contudo, tendo em conta as diligências e medidas tomadas pela Empresa, estamos em crer que não se venham a verificar quaisquer impactos relevantes na avaliação da continuidade da nossa atividade.

Nota 23. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pela gerência e autorizadas para emissão em 31 de Março de 2021.

Nota 24. Aplicação do Resultado Líquido do período

O resultado líquido do período de 2020, no valor de 688,97€, será aplicado em reservas legais pelo valor de 34,45€ e em resultados transitados pelo valor remanescente de 654,52€.

\$ M-

Nota 25. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Gerência informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Nota 26. Prestação do serviço de mediação de seguros

1.

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

O corretor/agente de seguros reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra – embora admita excepções – no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento aquando da prestação de contas do mediador às empresas de seguros e da prestação de contas das empresas de seguros ao mediador.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

	Remunerações	
	2019	2020
Por natureza		
Numerário	132 521,55	160 766,40
Espécie		
Total	132 521,55	160 766,40

	Remunerações	
	2019	2020
Por tipo		
Comissões	132 521,55	160 766,40
Honorários		
Outras remunerações		
Total	132 521,55	160 766,40

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida, e por origem

	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramo Não Vida		Fundos de Pensões	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Por entidade (origem)						
Empresas de seguros	5 647,92	8 134,52	126 873,63	152 631,88		
Outros mediadores						
Clientes						
Total	5 647,92	8 134,52	126 873,63	152 631,88	0,00	0,00

Handwritten signature or initials: *JM*

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

	Remunerações %	
	2019	2020
Por entidade (origem)		
Empresas de seguros	100%	100%
Outros mediadores		
Clientes		
Total	100%	100%

e) Valores das contas "Clientes"

	Valores das contas "clientes"	
	2019	2020
Início do exercício	2 426,16	2 402,68
Final do exercício	2 402,68	1 965,30
Volume movimentado no exercício		
Adébito	366 063,91	325 322,31
Acrédito	366 087,39	325 759,69

f) Créditos a receber e dívidas a pagar desagregadas por origem

	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Créditos a receber		Dívidas a pagar	
	2019	2020	2019	2020
Por entidade (origem)				
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	15 370,92	22 254,45	15 370,92	22 254,45
Empresas de seguros				
Empresas de resseguros				
Outros mediadores				
Clientes (outros)				
	15 370,92	22 254,45	15 370,92	22 254,45

4 M-

g) Valores agregados incluídos nos créditos a receber e dívidas a pagar

	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Créditos a receber		Dívidas a pagar	
	2019	2020	2019	2020
Por natureza				
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro				
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	15 370,92	22 254,45	15 370,92	22 254,45
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)				
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar		3 525,59		
Outras quantias				
	15 370,92	25 780,04	15 370,92	22 254,45

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final do período)

	Até 30 dias		Até 60 dias		Até 90 dias	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Contas a receber						
Sem imparidade	12 296,74	17 803,57	3 074,18	4 450,88		
Com imparidade						
Total	12 296,74	17 803,57	3 074,18	4 450,88	0,00	0,00

g M.

j) empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

	Remunerações			
	Ramo Vida / Não Vida / Fundo de Pensões			
	Valor		%	
	2019	2020	2019	2020
Empresas de seguros				
Companhia de seguros Allianz Portugal, SA	31 138,03	34 927,15	23,50%	21,73%
Victoria Seguros, SA	717,36	369,99	0,54%	0,23%
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA	14 176,93	14 867,05	10,70%	9,25%
Lusitânia, Companhia de Seguros, SA	992,68	1 066,97	0,75%	0,66%
Generali Companhia de Seguros, SA	2 755,94	1 682,82	2,08%	1,05%
Mapfre Seguros Gerais, SA	658,32	457,78	0,50%	0,28%
Liberty Seguros, SA	5 241,67	4 589,28	3,96%	2,85%
MetLife, Inc	666,67	557,57	0,50%	0,35%
Ageas	8 739,15	14 161,88	6,59%	8,81%
Seguradoras Unidas	67 163,45	87 834,45	50,68%	54,63%
Innovarisk	271,35	242,13	0,20%	0,15%
UnlimitedCare - Serviços de Saúde e Assistência, SA	0,00	7,45	0,00%	0,00%
Ageas Portugal - Companhia de Seguros de Vida, SA	0,00	1,88	0,00%	0,00%
	132 521,55	160 766,40	100,00%	100,00%

j) informação acerca de eventuais garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito, e salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor;

Não aplicável.

j) transmissões de carteiras de seguros em que tenha participado durante o exercício, com indicação dos valores envolvidos;

Não aplicável.

k) contratos cessados com empresas de seguros nos termos do artigo 55º do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros e indicação de eventuais indemnizações de clientela;

Não aplicável.

l) breve descrição da natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes, e quando praticável uma estimativa do seu efeito financeiro, exceto se essa informação já se encontrar descrita noutra nota, caso em que deve ser explicitamente identificada.

Não aplicável.

2.

- a) Indicação das quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas ao corretor de seguros em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira seja mais elevada, com indicação das respectivas percentagens:

	Remunerações			
	Ramo Vida / Não Vida / Fundo de Pensões			
	Valor		%	
	2019	2020	2019	2020
Empresas de seguros				
Companhia de seguros Allianz Portugal, SA	31.138,03	34.927,15	23,50%	21,73%
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA	14.176,93	14.867,05	10,70%	9,25%
Ageas	8.739,15	14.161,88	6,59%	8,81%
Seguradoras Unidas	67.163,45	87.834,45	50,68%	54,63%
	132.521,55	160.766,40	100,00%	100,00%

- b) O valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome;

Não aplicável.

3.

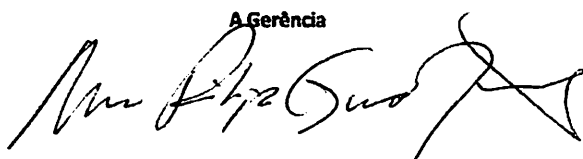
- a) o valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança;

Não aplicável.

- b) o valor total dos fundos que lhe foram confiados pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas.

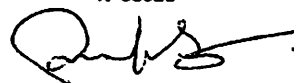
Não aplicável.

Alverca, 31 de Março de 2021

A Gerência


O Contabilista Certificado

Nº68021



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de A. MORAIS – Corretores e Consultores de Seguros, Lda., (a Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 166.829,35 euros e um total de capital próprio de 114.750,74 euros, incluindo um resultado líquido de 688,97 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de A. MORAIS – Corretores e Consultores de Seguros, Lda., em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de abril de 2021



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.
Representada por João José Lopes da Silva